

A SIMBOLOGIA TRIÁDICA DE FERNANDO DE NORONHA¹

Janirza (Jana) Cavalcante
da Rocha Lima*

Introdução

Arquipélago de Fernando de Noronha. Sua localização náutica está no Atlântico Equatorial, embora nas cartas dos Planisférios apareça como *borrifos de tinta de um cartógrafo distraído...* O mar é seu limite territorial e a água que o circunda traz o signo do ilimitado. E quando se olha para ela, o que a retina põe na consciência é tão-somente um mundo de águas lapislazuladas sem igual. Ele estabelece com clareza os limites espaciais de Noronha, circunscrevendo-o com sua muralha líquida: de um lado, o Mar-de-Dentro, do outro, o Mar-de Fora. Esse divisor marca-o como se fosse uma linha simbólica de referência, unindo, dando movimento e sentido ao viver insulado. Noronha é também uma escrita que se materializa na sua própria história, nos vários momentos de sua ocupação humana.

Diria, para iniciar a reflexão, que a presença impositiva das águas oceânicas é tão somente um umbral, um percurso iniciático, uma porta simmeliana entreaberta... Travesias. Devaneios. Imaginação. Sedução. Ousadia. Re-encantamento. Associar. Dissociar. Sintetizar. Tempo-Espaço. Transitoriedade. Acolhimento. Cumplicidade. Isolamento. Solidão. Silêncio. Sem dúvida, um convite para pensar o arquipélago numa visão pluridimensional que comporta a incompletude, a provisoriedade e a permanente construção do conhecer a partir de um conjunto de dados do mundo empírico insular.

Pelas alamedas do *imaginário* aportei no arquipélago de Fernando de Noronha e recorri ao mítico como a porta que anuncia o espaço de compreensão do universo ilhéu. Brotando do silêncio fernandino uma *triade* adquiriu contornos definidos e passou a ser o

* Doutora em Antropologia e Pesquisadora Sênior da Fundação Joaquim Nabuco E-mail: jana@fundaj.gov.br

fio condutor da minha tese. Motivada pelo *acolhimento* fiz a re-conversão de meu olhar para o cotidiano ilhéu, mergulhando abaixo da linha d'água para analisar e compreender essa tríade que surgiu como *categoria-nativa*. Na solidão e com muita ousadia construí e re-signifiquei esses elementos triádicos que organizam, moldam e articulam o viver insularizado dos noronhenses. Para brincar o *antes* e o *agora* a memória necessitou de uma *ponte*: os narradores transvestidos de *mumbecos* (os idosos), *haole* (os migrante recentes) e *mabuyas* (os nascidos em Noronha). Eles foram capazes de transportar lembranças do passado para o presente e vice-versa e com isto foram tecendo o meu entendimento do cotidiano de Fernando de Noronha.

No espaço-tempo busquei etnografar tanto a ilha quanto os ilhéus, mas, foi, principalmente pela *cumplicidade* entre o Sujeito e Objeto que pude reconstruir, nas dobras da *memória coletiva* – esta enquanto depositária dos acontecimentos, lembranças, recordações e organizadora das significações, a *tapeçaria* que permitiu a compreensão da bricolagem de fragmentos na qual se tece e borda a história do povo que habita o arquipélago. Fui guiada por vários Diretores de cena. A cada passo dialoguei com um deles ou em conjunto. De Halbwachs retive o conceito de memória coletiva. Com Bachelard aprendi que [...] *tendo transposto os mil pequenos umbrais da desordem das coisas, os objetos-lembranças colocam o passado em ordem* (1988 p. 290) Simmel redirecionou meu olhar para as possibilidades da diáde associar/dissociar na abordagem do espaço. E para exprimir a sinfonia do viver insular, a *porta* simmeliana vem se situar propriamente como um “operador de imagem,” como uma “labareda mágica”, reacendida no sentido da projeção das imagens sobre Fernando de Noronha.

Construindo a tríade fernandina...

Creio que não por acaso surgiu a recorrência triádica por ocasião da coleta de dados no espaço insular. Ela aparecia nas versões do descobrimento do arquipélago, no *corpus* miti-

co insular (ileitê); nos acidentes topográficos, nas estratégias de ocupação espacial; nas atividades laborais; nos campos da religiosidade; na destinação de seu espaço insular, nas esferas da governabilidade; nas manifestações da sexualidade; na distribuição espacial das fortificações no passado; no número de famílias do núcleo fundador; nas estratégias militares do “cruzar fogos”; e, em inúmeras situações do viver cotidiano. O modo como essas recorrências temáticas apareciam se tornou cada vez mais presentes e foi para mim sinal inequívoco das potencialidades que continham para a compreensão da comunidade ilhoa. Em vez de pensá-la como uma mera coincidência fortuita, sem significado, percebi que essa presença recorrente apontava para uma riqueza de significados que valia a pena explorar.

Era, sem dúvida, a emergência de uma *categoria nativa* no sentido atribuído por Magnani (1984). Efetivamente, essa categoria nativa permitiu decomposições relevantes nos desdobramentos necessários para os fins analíticos a que ela se destinou. Um convite para pensar Noronha sedutoramente triádica...

Da polifonia de dados foi possível encontrar pistas que me levaram a descortinar o panteão mítico ilhéu e nele a possibilidade de apreensão da realidade ilhoa, uma vez que, em Noronha, encontramos um cenário de episódios fantásticos plasmados pelo ambiente físico do Atlântico adequado para o desenvolvimento de histórias, lendas e mitos. A esses processos, *marcados pela essência mitológica*, os geógrafos e antropólogos franceses dão o nome de “ilheidade”, distinta do conceito de insularidade *enquanto distância e isolamento geográfico e social*, conforme assinala Diegues (1995).

Escolhi no panteão mítico disponível a lenda que traduziu, no plano societal, uma visão de mundo, um eixo em torno do qual se organizava a vida e a conduta dos habitantes do arquipélago a ponto deles determinarem-se claramente como comunidade insular. Em sua justa medida, a *lenda do pecado* recupera para os ilhéus fernandinos a memória do tempo do Mito² A *lenda do pecado* narra uma his-

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janirza (Jana) C. da Rocha Lima

tória mítica de amor e transgressão. A narrativa relata um acontecimento ocorrido num passado longínquo, no Atlântico Equatorial, a 4 graus da Linha Equinocial:

Naquele espaço oceânico, habitado por gigantes, existia uma sociedade insular modelada por regras e valores éticos extremamente rígidos. Um povo ordeiro e que desconhecia a traição e a infidelidade. Reinava a paz entre todos. Um dia irrompe a paixão entre dois gigantes. Era, porém, um amor proibido. Certo tempo depois, o idílio clandestino foi finalmente descoberto e, em decorrência, os infratores foram submetidos a penalidade máxima: a morte. Parte de seus corpos foram mutilados e jogados nas praias do Mar de Dentro. Dela, os seios, dele, o falo. O Tempo transformou-os em estátuas de pedra, reconhecíveis, identificáveis, perfeitas, eternizando o amor dos dois enamorados em montanhas de granito! [Rochedo de Dois Irmãos e Morro do Pico]. Curiosamente, não os separou nem os uniu num abraço perpétuo à face dos homens. Deixou-os próximos e distanciados, eretos, frente a frente, imagem da imóvel fidelidade, da obstinação amorosa, esperando o infinito. E assim, para sempre ficarão...

O movimento que constitui o arcabouço dramático da lenda parte de uma tensão conflitiva, provocada pelo comportamento dos atores sociais nele envolvidos em desacordo com as prescrições e valores morais naturalizados da sociedade isleña. A ruptura da harmonia induz uma ação disciplinar e no estabelecimento de novas relações num plano de maior complexidade. Com o desenlace eliminador do conflito a harmonia se instaura num outro plano, igualmente satisfatório, pois, recupera-se a essência significativa dos tempos primordiais mediante a punição disciplinar dos envolvidos na trama. Isto foi feito mediante o castigo [morte e mutilação] dos transgressores que são colocados numa posição de degradação [partes dos corpos expostos nas praias].

A lenda retrata também, a fragilidade como condição permanente da ordem do mundo. Ao mesmo tempo, seu núcleo dramático enfatiza as relações entre homens e

mulheres. E mais, a lenda possibilita, antes de tudo, alguns caminhos interpretativos acerca do universo insular. Por outro lado, a narrativa mítica nunca se exaure, permitindo e/ou apresentando desdobramentos de significado. A lenda, portanto, é sempre interpretativa, analítica e analógica, metafórica e metonímica, é também espaço de criação de imagens arquetípicas selecionadas e elaboradas historicamente por um povo determinado. Porém, além disso, a manipulação desse aparato simbólico é decisiva para a configuração das relações sociais, constituindo-se um espaço estratégico onde se renovam as estruturas. É um possível reconhecer-se em seus ancestrais.

Foi através do exame detalhado da lenda e de sua interpretação que tornou possível desvelar as três categorias representacionais que podem ser reencontradas, via cotidiano, permitindo aceitá-las como elementos constitutivos da vida insular.

Nessa apropriação/dissociação simmeliana, foi havendo um deslocamento de sentido, um deslizamento onde os símbolos já existentes foram ganhando outras vestimentas, outras significações, outras cartografias. O simbólico foi armando-se em um campo virtual, e uma tríade foi ganhando contornos enquanto criação analítica, elaborada nos terrenos do previsível e do imprevisível da prática cotidiana de pesquisar. No início os elementos constitutivos da tríade se alinhavam como *cacos de cerâmica partida num sítio arqueológico*. Tive que esperar que a densidade do material empírico oferecesse pistas de interpretação para além de teorias muito fechadas que habitualmente costumam cercar os caminhos da criação. Na verdade, *adormeci* essa tríade para viabilizar sua emergência de forma mais viva e atuante. Preferi concebê-la como o encontro entre a abstração organizada e o mundo das expressões múltiplas que desenharam o que, de maneira geral, denominamos de "real".

Como foi possível retirar da lenda os elementos da matriz triádica que organiza a comunidade ilhoa?

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janlrza (Jana) C. da Rocha Lima

O primeiro elemento da tríade irrompe materializado no *imobilismo* da rocha vulcânica que dá forma as partes dos corpos degradados dos gigantes (Rochedo de Dois Irmãos e Morro do Pico). O segundo, advém do discurso da ordem existente na lenda, o qual define e restaura as condutas e os comportamentos, o modo de vida societal daquela comunidade ancestral, a *disciplina*. E, por último, o terceiro elemento, emerge do caráter de provisoriedade da união estabelecida entre os atores envolvidos no episódio amoroso, ou seja, a *transitoriedade*.

Convém assinalar que não é suficiente somente pensar a lenda, pois, para compreender Fernando de Noronha é preciso entender a lenda além de sua dimensão mítica e *reconnectá-la nas razões simbólicas, nas razões práticas*. Essa forma de deixar o significado em aberto representa, por excelência, a maneira de afirmação de um símbolo, nunca esgotado em único significado.

Essa composição de três elementos é suficientemente expressiva enquanto categoria analítica e como tal ela ajudou a ampliar a ótica da análise com potencialidade para detectar aspectos da trama de ações e das relações humanas dos insulares, seja através das experiências vivenciadas e relatadas nas falas dos entrevistados quer seja detectada nas fontes documentais disponíveis sobre o arquipélago.

Foi, portanto, dentro de um quadro conceitual de interpretação que tornou possível construir a triangularidade, as três categorias representacionais.

A matriz orientadora dos elementos da tríade aparece não somente no campo mitológico, mas, e, sobretudo, foi reencontrada em um sem número de circunstâncias cotidianas observadas no seio da comunidade fernandina, permitindo aceitá-la como elemento constitutivo da vida ilhoa, e com isso a possibilidade do entendimento da organização social e a conduta dos habitantes de Fernando de Noronha tal como ela se apresenta: impregnada pelo *imobilismo*, sustentada pela *transitoriedade*, e, sobretudo, moldada pela *disciplina*.

Mas essa tríade aponta outros caminhos, outras estórias que, como os oráculos, *nada afirmam nem ocultam, apenas dão toques* ajudando a refletir e, sobretudo, a questionar aquilo que bordeja um sentido... A tríade assume, pois, o lugar central no esquema explicativo, mostrando a complexidade das relações entre os insulares, tornando-se uma *tensa teia simbólica*.

Imobilidade, transitoriedade, disciplina – termos de relações complexas e não simples vértices daquilo que toma, na aparência, a forma triangular em Fernando de Noronha. O olhar mais cuidadoso descobre que o triângulo se desfaz em múltiplas formas, nem sempre obedecendo às leis da geometria, criando assim múltiplas ambivalências...

***Tecendo os fios³...
do imobilismo à transitoriedade***

O espaço insular fernandino guarda – nas formas do vivido do corpo social, mas também materialmente, nas formas do espaço físico, – os vestígios dos vários momentos de sua ocupação. Pode-se afirmar que o processo de ocupação humana no arquipélago de Fernando de Noronha, imprimiu à “imobilidade” da vivência insular, um modo de ser ilhéu.

É bom frisar, antes de qualquer coisa que, somente na narrativa mítica se encontra registro de um núcleo fundador nativo.

Pelo mar chegaram os primeiros povoadores, seja na condição de descobridores ou invasores. O arquipélago foi descoberto por navegadores portugueses, mas, seu povoamento somente foi iniciado quando houve as invasões batava e francesa. É somente por volta do século XVII principia o processo de assentamento humano estável no arquipélago e esse povoamento ganha impulso no período de caráter defensivo – construções de fortes. Existem poucas notícias sobre os povoadores que nesses primeiros tempos assinalaram a posse do arquipélago. O mesmo acontece com os ocupantes que ali se estabeleceram nos períodos seguintes. Apenas referências esparsas e alguns vestígios materiais comprovam as fases de ocupação humana no local.

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janirza (Jana) C. da Rocha Lima

Sem desconsiderar o sentimento nativista existente, não se pode negar por mais insólito que isso possa parecer, é que tanto no passado quanto no presente o arquipélago de Fernando de Noronha configura-se como uma terra de migrante.

Na trajetória da ocupação demográfica fernandina, os dados revelam que os ilhéus viveram e/ou vivem ao “ritmo do tempo”: ora *tempo do presídio* ora *dos Coronéis* e agora, *tempos de Haole*.

1739. Para continuar a remontagem da história fernandina, meu olhar se dirige agora ao século XVIII e nele focalizo o que denomino “espaço vigiado”. A preocupação em olhar o espaço de vivência dos fernandinos como um *locus* de relações sociais diferenciado, tenso, constituído por práticas sociais de controle, de dominação, exige que se estabeleça um diálogo com o *tempo do presídio*, que compreende dois séculos e onde se vão encontrar marcas nada idílicas de um paraíso insular.

Como *Topos* interdito, o Arquipélago de Fernando de Noronha viveu sob o signo da transgressão, e nele permaneceu por dois séculos (1739 a 1940). E isto me leva, embora brevemente, a discorrer sobre esse período de imobilismo e disciplina.

Certamente são um divisor de águas os dois séculos em que o Arquipélago fernandino foi usado como presídio. Assim, ao referir-se ao espaço interdito, fiz uma tentativa de recompor as multiplicidades de memórias inscritas no passado carcerário e que, de alguma maneira, sobrevivem na atualidade, ora *re-emergentes*, ora *hibernando*, formando, em última instância, um tecido multidimensional e difuso. E mais, por vezes, abrindo trilhas nos interstícios do presente, em permanentes re-significações e silenciamento do viver insular. Os efeitos desse *confinamento* se refletem, ainda hoje, sobre o pensar e o agir da comunidade ilhoa fernandina, forjando também o imaginário do homem insular pautado na imobilidade.

Ao se transformar Noronha, primeiro, em presídio, posteriormente, em colônia correccional agrícola, e depois, em cárcere político, estabeleceu-se um processo de

diferenciação do seu espaço, distinguindo-o de outros através de um movimento normativo para torná-lo propício ao exercício de uma dominação, de um controle social. A opacidade das instituições de confinamento – ninguém sabe direito o que acontece lá, nos “muros” que as rodeiam – se coaduna com seu empenho, não raro arbitrário, de cumprimento restritivo de regras normativas e controle do viver carcerário. Lugar de restrição de possibilidades, lugares de ausência, lugares de dor. Neles evidenciam-se os limites físicos da existência humana.

Como reconstruí os rastros esquecidos e apagados pelo tempo? Só resta um caminho. Reconstruí-los nas possibilidades e domínios da memória. E foi esta a rota escolhida. Uma história feita de lacunas, interstícios, silêncios. Não foi fácil a tarefa.

É sabido também que a memória, não é, obviamente, uma fonte de “fatos” históricos concretos, mas os eventos que ela retém e acentua revelam algo importante sobre a maneira pela qual grupos sociais específicos vivenciaram sua história. Assim sendo, não há como não partir das memórias do espaço carcerário, o qual, muitas vezes, se tenta lançar ao esquecimento, sob a forma primeira do interdito e, depois, da dispersão no tempo cronológico. No decorrer da coleta de dados, fui, com frequência, inquirida acerca da minha “*insistência*” sobre esse passado degradante com a seguinte argumentação: *Por que remexer nessas lembranças?* [pausa] *Faz tanto tempo... É melhor esquecer esse tempo... Deixe isso para lá, é melhor para todos [...]*

Percebi nitidamente que era uma memória difícil de ser reconstruída num espaço que, por dois séculos, foi local de interdição, transgressor por excelência, como na lenda mítica... Dois séculos de reclusão. Dois séculos de muito desespero. Memórias da dor, as memórias da morte enunciada, as memórias da paisagem solitária insular, memórias de homens sem mulheres, memórias do exílio forçado, das humilhações, das degradações... das paixões reprimidas, vistas em pedaços...

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janirza (Jana) C. da Rocha Lima

Nessa tentativa de dialogar com uma história pretérita – talvez de um pretérito mais que perfeito –, a polifonia de vozes com suas representações do real fernandino foi realizada através de quatro narrativas escritas no período carcerário de Fernando de Noronha: a do Brigadeiro Henrique Beurepaire Rohan (1865); do jornalista Amorim Neto (1931); de Genaro Pinheiro (1990) e a do Tenente Victorio Canepa (1938).

Os relatos mnemônicos escritos nesse período, quando tomados em seu conjunto, as narrativas configuram um todo expressivo e se constroem em torno da solidão não desejada, da violência explícita, das punições, das arbitrariedades, do rigor punitivo da disciplina, do conflito latente ou manifesto, do sexo interdito (homossexualismo e ausência de mulheres), da agonia enunciada e da morte. Relatos que faziam dos indivíduos personagens trágicos, cotidianamente em contato com a tortura e a morte.

Com a República, o Arquipélago foi, permanentemente, palco de conflito entre o Governo de Pernambuco e o Ministério da Justiça, pois ambos disputavam seu espaço para sediar a colônia correcional (1891). No Estado Novo, tornou-se presídio político. Permanece Fernando de Noronha como tal e como colônia correcional no período que vai de 1938 a 1942, quando é alçado a Território Federal pelo Decreto-Lei n.º 4.102, de 9 de janeiro de 1942, em razão de sua localização estratégica no Atlântico, aliada à ameaça da Segunda Guerra. Fernando de Noronha, como presídio político, teve vida breve. A pressão externa, as dificuldades climáticas e de comunicação, o custo financeiro para o seu funcionamento, aliado ao seu isolamento, sem dúvida contribuíam substantivamente no sentido de apontar a inadequabilidade do espaço insular fernandino para aquele fim e, por outro lado, direcionar o olhar do Governo para instalar no mesmo local uma base naval ou aérea: *os acontecimentos estão a exigir sem perda de tempo o que o Governo federal não pode adiar. É o caso de dizer-se: façamos dela uma poderosa base da nossa defesa, antes*

que outros lá se estabeleçam. (IMBIRIBA, 1951, p. 39)

Antes de se efetivar a ocupação militar na ilha, ela é desativada como Presídio Político. As providências não se fizeram esperar, pois, em março de 1942, foi evacuado pelo navio Comandante Ripper todo o pessoal (e os materiais) do Presídio, inclusive os presos políticos (comunistas e integralistas), que foram enviados para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Como se pode observar essa população se constituía de migrantes. Migrantes forçados, é verdade, mas migrantes!

1945. Chegam os coturnos! *Tempo dos Coronéis* Sob o signo da hierarquia e da disciplina férrea os militares ocuparam o arquipélago de Fernando de Noronha por 45 anos. 45 anos de domínio militar, de “território-quartel”. Um outro ciclo migratório toma forma no arquipélago.

A escolha do contingente populacional civil para o arquipélago alia fatores históricos e geográficos de uma ação orientada de ocupação do espaço. Além da população aquartelada, os governos militares, gradativamente, vão repondo a população civil. Categorias profissionais são selecionadas e admitidas, entre elas os agricultores, criadores e pescadores, formando, assim, *o núcleo fundador ilhéu*⁴, os primeiros substitutos – como habitantes livres – da população carcerária em Noronha.

Estes Administradores *do tempo dos coronéis*, presidiram todo o processo de ocupação humana e territorial e da construção urbana do arquipélago, gerindo igualmente todos os serviços públicos e infra-estruturais (PEIXOTO, 1988)

Vale salientar que não foi somente na esfera do mundo do trabalho que as diversas administrações militares na ilha desenvolveram sua ação hegemônica. Elas comandavam os diferentes domínios do cotidiano, a vida familiar e todas as instituições sociais interligadas: a Igreja, a escola, práticas de esportes e outras formas de lazer (bandas, festas e baile).

Estimulavam-se o cultivo de horti-frutigranjeiros e restringia-se a compra de alimen-

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janirza (Jana) C. da Rocha Lima

tos básicos ao reembolsável. Forneciam-se transporte, assistência à saúde, força policial e outros serviços de *forças de controle da ordem*. A Administração, portanto, colocou-se como matriz fornecedora de condições morais, materiais e de assistência, buscando, por esses meios, convencer quanto às vantagens de uma vida comunitária favorecida por um sentimento de proteção. Desse modo o leque de tutela oferecido pelos militares permite compreender as razões de um engajamento ao sistema protecionista oferecido na ilha pelos militares, aos migrantes que para lá se dirigiram.

Os espaços de ocupação humana e de serviços foram construídos, não sem antes definir a posição social precisa de cada um no espaço insular, imprimindo aos distintos segmentos a ordem hierárquica e a dinâmica do *status* dos diferentes grupos sociais. Esta disposição criou territórios diferenciados, marcados por uma hierarquia espacial.

Pelo viés de uma dominação simbólica e como valor constitutivo de um modo de vida, os fernandinos internalizaram na representação de si próprios, o *valor-disciplina*, marcando suas relações diferenciais com o mundo militar. As desigualdades criadas pela divisão social do trabalho nas instituições militares vigentes e na comunidade ocupacional (pescadores, vaqueiros, e agricultores) foram sedimentadas por esse *esprit de corps* que deveria reinar nas relações sociais: a hierarquia, a obediência, e o imobilismo. É claro que cabem relativizações por trás dessa aparente “comunidade harmoniosa”. Para além de uma aparente harmonia social, em Noronha, as posições, as hierarquias explícitas e implícitas e os signos diferenciavam uns dos outros com bastante clareza. Ser expulso da ilha não foi caso isolado! Os ilhéus entrevistados relatam com nitidez à dureza das condições de trabalho, as diferentes práticas cotidianas, as dificuldades, os riscos, as responsabilidades e competências, a rigidez disciplinar da escola, os castigos, a mentalidade dos professores, geralmente militares.

O modo de vida ilhéu consistia, então, na articulação entre estes dois mundos, os quais,

no período militar conviviam no mesmo território e dele decorriam também a provisão da existência insular. O traço predominante no modo ilhéu de vida em Fernando de Noronha era *seu caráter paróquia visível e controlado*. Na fala de um entrevistado *No tempo do militar não tinha essa de meu pé está doendo[...]* muita embora outros entrevistados recorram e insistam no uso da palavra solidariedade para falar das qualidades dominantes que outrora fundamentavam a vida coletiva. Esta solidariedade é mais um sentimento coletivo construído, feito da vigilância e da cooperação necessária e da capacidade também compartilhada e tecida no espaço da vida prática.

Convém ainda assinalar que a vida coletiva reforçava vigilâncias recíprocas de códigos tradicionais de comportamento. Era uma forma de relação imperativa frente à situação de proximidade dos lares e a intensa visibilidade espacial: um cotidiano repleto de situações onde entravam em jogo tanto os inter-reconhecimentos, a solidariedade, quanto às fricções e os conflitos. A hierarquia do *tempo dos coronéis* deveria ser reconhecida como uma conduta a ser seguida e respeitada. A socialização das crianças fernandinas foi marcada pelo forte domínio desempenhado pelos “coronéis” militares no processo educativo. Estes queriam que as crianças aprendessem como natural e quase obrigatório o fato de tornarem-se respeitadores da ordem e da disciplina impostas pelos legítimos “governantes” da ilha. A formação escolar era o eixo principal do programa de engajamento das novas gerações às regras dos “coronéis” e da fidelidade a seus princípios morais, e vetor da ideologia dominante, pela escola. Os militares queriam, além do ensinamento, difundir sua hegemonia e convencer as sucessivas gerações de insulares de sua condição subordinada.

Outra fonte de distinção forte no seio da população eram as opções religiosas e política, definidas como mais uma determinação social. Os ilhéus apreenderam que, nos diferentes domínios da vida no arquipélago, este era organizado segundo critérios de conveniência religiosa e diferenças políticas. De acor-

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janirza (Jana) C. da Rocha Lima

do com Castoriadis (1987), a sociedade é re-cortada por uma dupla tensão entre a ordem do instituído e do instituinte. O instituído seria capaz de dar sentido e provocar a formação de uma *organização identitária-conjuntista e coesionar o corpo social*. Nessa linha de reflexão, o instituinte estaria na *ordem do imaginário social e traduziria a possibilidade de inovação e da transmutação de valores e regras pré-estabelecidas*.

Desse modo, não é difícil se associar e identificar a “imobilidade” da vivência insular com dimensões societárias do campo do instituído. A autonomia do indivíduo estava intrinsecamente vinculada à sua vida social. É neste campo de reflexão que Castoriadis entende que a ausência de autonomia, a vivência da condição de “enclausuramento”, deixa registros expressivos nas

[...]sociedades tradicionais,[elas] apresentam um enclausuramento informacional, cognitivo e organizacional muito forte [...] neste tipo de sociedade não apenas não há nada que prepare o questionamento das instituições estabelecidas (que representam, neste caso, os princípios e os portadores da clausura), como ainda tudo nelas é constituído de modo a tomar impossível esses questionamentos” (op. cit., p. 420).

A comunidade ilhoa fernandina sofreu um ordenamento temporal ancorado no “mundo militar”, tendo como elemento constitutivo de sua identidade o valor-disciplina, como já foi assinalado. Experiência fixada na especificidade da disciplina militar, imposta por condições de trabalho e residência estreitamente ligadas à hierarquia e ao jugo.

Nas ondulações do *tempo dos coronéis*, os traços, os referenciais, as marcas engendradas e interiorizadas ao longo dos 45 anos de domínio militar – e dos outros, sobre os quais este mesmo é superposto – informam e dinamizam a memória coletiva dos habitantes de Noronha, neste espaço de enraizamento, no mundo insular.

O tempo vivido permaneceu fundamentalmente hierárquico e insular, importante fonte de relação social e cultural. Tudo isso permitiu aos habitantes de Noronha que se reco-

necessem como pertencendo a um meio singular, à comunidade ilhoa fernandina. O dia-a-dia segue ritmado pelo tempo “forte” militar, e o valor-disciplina como um ato de envelopamento continuou a dar qualidade e senso à construção da identidade social do grupo de tradição (núcleo fundador de Noronha), embora os antigos tenham a sensação de “desordem” de sentidos. A tendência a um forte xenofobismo, aliás, vem de uma opção por proteção frente a um mundo estranho, a dos *haole* (migrantes recentes).

1986. Anuncia-se um novo tempo. Sua marca fundante é a *transitoriedade*, o efêmero, o fugaz. *Tempo de Haole*.

As fronteiras que marcam e demarcam o segmento *haole*⁵ em Fernando de Noronha foram tecidas num momento histórico e a partir de dadas condições, e entre estas o primeiro governo civil, a criação do Parque Nacional Marinho e a re-anexação do arquipélago ao Estado de Pernambuco em outubro de 1988. As mudanças de época foram patentes. As transformações fizeram-se sentir em diferentes domínios, sendo que os mais palpáveis foram o econômico, o político e o demográfico. O econômico encontra-se expressado na atividade turística e o político encontra-se em pleno processo de viabilidade, indo desde a forma embrionária de construção da cidadania até o aperfeiçoamento dos instrumentos de representação popular. Mediante o direito a voto e à militância política, os ilhéus vêm experimentando a condição de cidadãos livres, sem proibição, repressões ou discriminações político-religiosas. Vive-se um novo ritmo, ainda que cadenciado pelo controle do Estado.

Junto às mudanças administrativas as rupturas são profundas: é o fim das relações hierarquizadas, da obediência, da disciplina e o arquipélago de Fernando de Noronha é esvaziado da substância tutelar que havia imprimido uma identidade insular para o núcleo fundador.

A mudança demográfica também não se fez esperar. O arquipélago experimenta outro ciclo migratório e tal processo adquiriu uma velocidade devastadora. Até meados da

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janirza (Jana) C. da Rocha Lima

década de 80, a população chegava a pouco mais de 800 indivíduos, nas décadas seguintes esse número supera o montante de 2000 indivíduos. O afluxo do segmento *haole* foi enorme, e não parou de crescer até o momento presente. Todo esse aporte humano renovou significativamente a população local. A fisionomia étnica e cultural da ilha apresenta-se diversificada, marcando a coabitação de migrantes de “ontem” (núcleo fundador de Noronha) e de migrantes “recém-chegados” (população *haole*). Junto a essa nova massa “migrante” vieram mudanças importantes na delimitação espacial e na distribuição da população.

As fronteiras de pertencimento da comunidade fernandina passaram a ser entrecortadas por redes de turistas de várias partes do País e do exterior e a da população migrante recente proveniente de todos os estados brasileiros. O arquipélago se vê agitado por novas formas de viver e pensar, novas situações e projetos sociais, bem como a emergência de novos atores sociais que não foram moldados nas regras impostas pelos militares. A população antiga e a nova enfrentam-se em inúmeros embates e desafios. É possível apontar a polaridade visível hoje, entre dois modos de vida que dividem a história do insular em Fernando de Noronha: um modo de vida ancorado no *tempo dos coronéis* e outro modo de vida dos *tempos dos haole*.

Nacionalidade, raça, religiosidade, renda, classe social não são fatores de diferenciação entre o que se denomina “nativo”, “ilhéu” ou *haole*. As diferenças se manifestam no acentuado sentimento nativista existente, nos hábitos de trabalho, nas formas de utilização da máquina institucional, nas redes de poder, pela não comunhão de um imaginário comum, pela não participação da experiência coletiva do viver insular que, gradativamente vai marcando o lugar e as pessoas.

Sem levar em conta essa dimensão polarizada, é difícil compreender a lógica e o sentido do pronome *nós* que os habitantes de Noronha usam para se referir aos que residem no arquipélago desde os *tempos dos coronéis*. O pronome *nós*, implica *ser filho*

de Noronha, ter nascido na ilha, porém, *morar a certo tempo na ilha* é a condição para ser aceito e valorizado nas relações cotidianas. Aos olhos dos “nativos”, a chegada dos *haole*, foi uma intromissão importuna. Na verdade, o afluxo de migrantes foi sentido como uma ameaça ao estilo de vida já estabelecido, embora os recém-chegados fossem seus compatriotas. A comunidade espera que os novatos se adaptem às suas normas e crenças, esperam que eles se submetam as suas forças de controle social e demonstrem, de modo geral, a disposição de “se enquadrar”. O que não aconteceu em Noronha. Os *haole* continuaram a se comportar como continentais, tornando-se difícil desenvolver uma vida comunitária idêntica à existente no arquipélago.

As clivagens de procedência - “nativo” ou *haole* - nomeiam e legitimam as múltiplas comunidades existentes no espaço insular fernandino. Nelas estão presentes as identidades herdadas e auto-construídas: *sou nativo, sou noronhens, sou ilhéu, sou fernandino, sou haole, graças a Deus, sou um haole considerado*. Essa identidade é construída não somente pelas histórias pessoais de chegada a Noronha, mas vai além dos termos singulares desse processo migratório. É esse processo que faz com que a *escolha de quem veio viver em Noronha* deixe de ser uma marca histórica para significar uma essência e funciona emblematicamente, tecendo as relações sociais estabelecidas dentro nesse universo insular. É o discurso oficial dos membros do núcleo fundador e suas gerações posteriores.

O conteúdo desse discurso desempenha um papel explicativo fundamental na apreensão do que seja insular e fernandino. Eles ajudam a perceber como hoje os membros do núcleo fundador e sua geração nascida na ilha vêm articulando a sua visão de mundo para criarem as estratégias de resistência que garantem determinadas fronteiras de representação do *ser nativo*, do *ser ilhéu* e do *ser insular*, que passa pelo contato e oposição ao outro, aquele que não é nascido na ilha [*haole*], aguçando o sentimento, a consciência e a afirmação de pertencimento ao

A simbologia
triádica de
Fernando
de Noronha

Janirza (Jana) C.
da Rocha Lima

arquipélago. O grupo reconstitui, pela memória, o tempo coletivo que se superpõe às rupturas: rememoram-se fatos e instantes (as festas natalinas, os bailes de formatura, a hierarquia na obtenção dos produtos do reembolsável, a "Chata" [embarcação que descarregava as mercadorias dos navios], a "patinha" [C-130 da Aeronáutica], os aviões Globe Master dos norte-americanos, a construção da placa de cimento para repesamento d'água, a construção do açude do Xaréu, a espera angustiante dos navios de abastecimento de gêneros alimentícios, a rigidez disciplinar na escola e no mundo do trabalho, "o lugar de cada um" no espaço insular, a segurança, os relacionamentos afetivos, a proteção militar entre outros acontecimentos marcantes da vida cotidiana.

O sentimento local acha-se concentrado na oposição "nativo" versus "haole", traduzida por "nós" versus "eles". O "nativo" recebe atributos positivos, por pertencer originalmente ao núcleo fundador de Noronha. Os *haole* podem ser percebidos, ora de forma positiva, ora negativamente. Afinal, são eles, que trazem os aportes financeiros e a modernidade. No ambiente insular, as experiências vividas e pensadas pelos *haole* manifestam-se nos processos de construção dos novos modos de viver, instituindo outros espaços de convivência. As experiências sociais desses sujeitos se confrontam no desenho tradicional de viver dos antigos moradores de Noronha.

A vida social está se transformando. Uma outra ordenação está sendo construída, exprimindo o ritmo dos novos habitantes de Noronha. É no ritmo dessa ordenação que o tempo está sendo reordenado. Hoje em Noronha tudo ainda é recomeço. Tudo é transitório, tudo é dionisíaco. Apesar do desaparecimento dos espaços reais sobre os quais o núcleo fundador construiu sua identidade, pela memória, os *ilhéus* podem colar suas referências a certos momentos de interação, vividos como sendo seu próprio ritmo construído, posto que *não existe nenhuma razão, natural ou não, para que uma sociedade se conserve, salvo justa-*

mente a sua cultura, que é o instrumento de luta contra a dissolução (DUVIGNAUD, 1983, p. 100).

A fragmentação da vida coletiva anterior foi experimentada em cada lar noronhense. Os valores de outrora são, agora, desfigurados e reconectados a partir de outros códigos e práticas alheias ao seu mundo insular. Nessas mudanças, os *ilhéus* constituem sobre as descontinuidades, uma "continuidade dialética da duração", no dizer de Gaston Bachelard. Cadências temporais que lhes são dialeticamente estranhas e conflituais, colocando em evidência afrontamentos de forças conservadoras (núcleo "nativo" fundador) e transformadoras ("haole"), mas ainda põe em destaque esse poder de combinar seus ritmos para construir um tempo que lhes assegure uma "temporalidade ondulatória", a continuidade de ser insular.

Tentando concluir...

Escrever sobre a ocupação humana dos insulares do arquipélago de Fernando de Noronha, é conjugar o verbo no pretérito. O tempo e o espaço, para eles, é o do passado. É a forma verbal dos *ilhéus* se colocarem. Eles utilizam o verbo no passado para fazer o contraponto de suas relações cotidianas, no presente.

Meu ponto de partida etnográfico foi a reconstrução do espaço-tempo imaginário e seus ancestrais míticos. Foi construída uma *triáde* como instrumental para auxiliar a compreensão e interpretação da vida cotidiana no Arquipélago. Foi, portanto, de maneira alquímica que construí a *triáde*, enquanto construção analítica. Dei-lhe visibilidade, densidade e espessura. Foi dentro de um quadro conceitual de interpretação que se tornou possível construir a triangularidade, as três categorias representacionais que são reencontradas, via cotidiano, permitindo aceitá-las como elementos constitutivos do viver insularizado do Arquipélago de Fernando de Noronha, e com isso, a possibilidade do entendimento da estrutura triádica que organiza as relações sociais dos insulares tal como eles se apresentam. Daí ser possível afirmar que as relações sociais entre os que habitam em

A simbologia triádica de Fernando de Noronha

Janirza [Jana] C. da Rocha Lima

Fernando de Noronha estão impregnadas pelo imobilismo, sustentadas pela transitoriedade e, sobretudo, moldadas pela disciplina.

Os insulares teceram suas histórias, *narrando-as como quem tece, como quem fia, como quem borda*. São pedaços de uma história, mas que se oferecem como possibilidade de uma história "completa". Os fios narrativos se entremeiam e a associação entre o tecer, o fiar, o narrar me levaram aos "ancestrais míticos". Registre as lembranças e fragmentos dessas memórias narradas oralmente. Descrevi o comportamento ilhéu re-significando a coerência do sistema representacional e sua capacidade simbólica expressados através do *corpus* mitológico existente no arquipélago.

Tempo do Presídio, Tempo dos Coronéis, do Valor-Disciplina, tempos plurais que fundaram uma comunidade de identidade. Ontem "ilha-presídio", ontem "ilha-quartel", ontem noronhense, ilhéu, e hoje... *Tempo de Haole*. "arquipélago-ilhado", "os de fora", pernambucano, turista e que mais? A memória coletiva segue, no entanto, seu caminho. Rememorações do passado, razões do presente, a comunidade fernandina reconhece nas discontinuidades sua continuidade nas "razões práticas" e nas razões simbólicas". E para encerrar estas reflexões preliminares, ousaria, portanto, afirmar que este é apenas o começo da paciente tarefa de tentar desembaraçar os fios que tecem o cotidiano fernandino.

A simbologia
triládica de
Fernando
de Noronha

Janirza (Jana) C.
da Rocha Lima

Notas

¹ O texto é parte de minha tese de doutoramento em Antropologia pela Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP.

² Mito aqui entendido como discurso e reatualizações do real (Durand, 1994).

³ Tomo como referência "o tecer junto" [complexidade] que Edgar Morin (1990) apresentado pela metáfora da tapeçaria: "Ela comporta fios de linho, de seda, de algodão e de lã, com cores variadas. Para conhecê-la, seria interessante conhecer as leis e os princípios de cada um desses tipos de fios. Entretanto, a soma dos conhecimentos sobre cada um desse tipos de fios da tapeçaria é insuficiente para conhecer não somente essa nova realidade já tecida, ou seja, as qualidades e propriedades próprias a esta textura, mas também é incapaz de nos ajudar a conhecer sua forma e configuração. Complexidade é o que está junto, é o tecido

formado por diferentes fios que se transformam numa só coisa. Tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade. Porém a unidade do complexo não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram". (Apud, CARVALHO, Clarissa. 2000, p. 5).

⁴ Denomino de núcleo fundador as famílias nucleares que se instalaram no arquipélago na década de 40 e lá permaneceram até hoje.

⁵ Haole-vocábulo de origem havaiana, literalmente "homens brancos", como assinala M. SAHLINS (Ilhas de História, 1994:34) essa denominação refere-se, a princípio, aos surfistas que procuravam Noronha para a prática esportiva e depois, de maneira xenófoba e pejorativa, aos novos migrantes que vieram residir no arquipélago depois de 1986.

Referências bibliográficas

- AMORIM NETTO. *A ilha maldita*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1931.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- CANEPPA, Victório. *Relatório sobre o presídio de Fernando de Noronha*. Rio de Janeiro, agosto 1938. (mimeo)
- CARVALHO, Clarissa Andrade. *Tessitura de segredos e silêncios- o viver com Aids*. UFPE, 2000 (dissertação de mestrado).
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. *O mundo insular: simbolismo e imaginário*. Piracicaba: Escola Superior Luiz de Queiroz/ USP. [Tese de Livre Docência]. 1995
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo. 1988.
- _____. *Mito e sociedade- a mitanálise e a sociologia das profundezas*. Lisboa: A Regra de Jogo, 1994.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: EUF/ Tempo Brasileiro, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Librairie Felix Alcan. Travaux L'Année Sociologique. 1935.
- _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Rev. dos Tribunais. 1990.
- IMBIRIBA, Beatriz Lator. *História de Fernando de Noronha*. 1951 (s.n.t.)
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festas no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/UNESP 1998.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 2ª ed. Lisboa, Instituto Piaget, 1990.
- PEIXOTO, Clarice E. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e assombração*. Rio de Janeiro. UFRJ. Dissertação de mestrado, 1988 (mimeo).
- PINHEIRO, Genaro. *Fernando de Noronha – ilha mágica*. Recife, 1990 (mimeo).
- SAHLINS, Marshall D. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. *Cultura e razão prática*. São Paulo: Zahar, 1980.
- SIMMEL, Georg. *La tragedie de la culture et autres essais*. Paris: Rivages. Petite Bibliothèque, 1988.
- _____. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. "The ruin". In: *A collection of Essays*. (org. Kurt Wolff) Ohio: Columbus. 1959:259-266
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *A ilha de Fernando de Noronha considerada em relação ao estabelecimento de uma colônia agrícola penitenciária*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1865/ Recife: Republicação pela Revista ARQUIVOS. Ano I, nº. 1, março, 1942.